

Nº 44

SOBRE O NOVO PLANO DO BNH: "SIMC"\*

CLOVIS DE FARO

1984

SOBRE O NOVO PLANO DO BNH: "SIMC"<sup>\*</sup>

*Clovis de Faro*<sup>1/</sup>

Maio 1984

<sup>\*</sup> Agradece-se o patrocínio do PNPE.

<sup>1/</sup> Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia - EPGE/FGV

## SOBRE O NOVO PLANO DO BNH: "SIMC"

### 1 - Introdução

Dando prosseguimento à já extensa sequência de modificações que tem introduzido na sistemática de seus planos de financiamento para aquisição de casa própria, o Banco Nacional de Habitação (BNH) apresentou recentemente, através da Resolução do Conselho de Administração (RC) Nº 01/84, datada de 12 de janeiro de 1984, o que denominou de Sistema Misto de Amortização com Prestações Reais Crescentes (SIMC).

De acordo com a RC mencionada, ficaram estabelecidas as seguintes características para o SIMC:

a) a preços da data de assinatura do contrato de financiamento, as 24 prestações iniciais serão todas do mesmo valor  $\bar{P}$ , o qual será igual à 85% do valor da prestação constante que teria sido obtida caso houvesse sido estabelcida a adoção do chamado Sistema Francês de Amortização, também conhecido como Tabela Price (TP);

b) ainda a preços da data de assinatura do contrato, as demais prestações formam uma progressão aritmética crescente, cuja razão  $\bar{R}$  é determinada de tal forma que:

$$\bar{R} = \frac{0,176470588\bar{P}i(a_{\overline{n-23}|i} + s_{\overline{23}|i})}{[1+(n-23)i]a_{\overline{n-23}|i} - n + 23} \quad (1)$$

onde  $n$  é o prazo do financiamento, em meses,  $i$  é a taxa efetiva de juros, mensal e unitária, e

$$a_{\overline{n-23}|i} = [1 - (1+i)^{-(n-23)}] / i \quad (2)$$

e

$$s_{\overline{23}|i} = [(1+i)^{23} - 1] / i \quad (3)$$

Isto é, representando-se por  $p_k$  o valor, a preços da data de assinatura do contrato, da  $k$ -ésima prestação mensal, e sendo  $F$  o valor do financiamento, a adoção do SIMC implica em que se tenha:

$$p_k = \begin{cases} \bar{p} = 0,85F/a_{\overline{n}|i}, & k = 1, 2, \dots, 24 \\ \bar{p} + (k-24)\bar{r}, & k = 25, 26, \dots, n \end{cases} \quad (4)$$

Como a RC - Nº 01/84 não explica a gênese da expressão (1), que, convenhamos, é assaz esotérica, o propósito do presente trabalho é o de apresentar as propriedades fundamentais deste novo sistema de amortização. Adicionalmente, uma vez que o BNH oferece ao mutuário a possibilidade ainda de optar por um de seus outros 3 planos de financiamento, Tabela Price (TP), Sistema de Amortizações Constantes (SAC) e Sistema de Amortização Mista (SAM),<sup>1/</sup> será efetuada também uma comparação básica entre os 4 sistemas considerados.

---

<sup>1/</sup> Para detalhamento destes 3 planos veja-se, por exemplo, de Faro (1982).

## 2 - Caso Geral de um Sistema Misto

Partindo do princípio de que é mais profícuo estudar o caso geral do que o particular, consideremos a seguinte generalização da expressão (4)

$$p_k = \begin{cases} P, & k=1,2,\dots,\bar{n} \\ P + (k-\bar{n})R, & k=\bar{n}+1,\bar{n}+2,\dots,n \end{cases} \quad (4')$$

Isto é, suponhamos que o financiamento  $F$ , contratado à taxa periódica  $i$ , deva ser resgatado por intermédio de  $n$  prestações periódicas, de tal forma que as  $\bar{n}$  primeiras sejam constantes e iguais a  $P$ , e as  $n-\bar{n}$  últimas variem segundo uma progressão aritmética de razão  $R$  e termo inicial  $p_{\bar{n}+1} = P + R$ .

É interessante observar que, dependendo dos valores que se atribuam aos parâmetros  $\bar{n}$ ,  $P$  e  $R$ , o caso geral considerado pode ser reduzido, entre outros, aos seguintes casos particulares:

a)  $\bar{n} = 0$  — As prestações serão todas constantes, sendo que, necessariamente,  $P = F/a_{\bar{n}|i}$ . Isto é, se  $\bar{n} = 0$  o regime de amortização será o da TP.

b)  $\bar{n} = n$ , com  $P = F(i+1/n)$  — Agora, também necessariamente, teremos  $R = -iF/n$ . Ou seja, as prestações formarão uma progressão aritmética decrescente, e de tal modo que o método de amortização será o do SAC.

c)  $\bar{n} = n$ , com  $P = F(1/a_{\bar{n}|i} + 1 + 1/n)/2$  — Nesse caso, ainda

necessariamente, teremos  $R = -iF/(2n)$ . Deste modo, as prestações também formarão uma progressão aritmética decrescente, mas agora de tal modo que o sistema de amortização passa a ser o do SAM.

d)  $\bar{n} = 24$ , com  $P = \bar{P}$  — Ter-se-á  $R = \bar{R}$ , o que significa que recairemos no SIMC.

Verifica-se, pois, que os 4 planos básicos de financiamento do BNH nada mais são do que casos particulares do esquema de amortização associado à (4').

## 2.1 - Relação Fundamental

Para que, dada a taxa  $i$ , a sequência das  $n$  prestações periódicas especificada pela relação (4'), efetivamente amortize o financiamento  $F$ , é necessário que seja satisfeita a seguinte equação fundamental de equivalência financeira.

$$\begin{aligned} F &= \sum_{k=1}^n p_k (1+i)^{-k} = \sum_{k=1}^{\bar{n}} P(1+i)^{-k} + \sum_{k=\bar{n}+1}^n [P+R(k-\bar{n})] (1+i)^{-k} \\ &= \sum_{k=1}^{\bar{n}} P(1+i)^{-k} + \sum_{k=\bar{n}+1}^n (k-\bar{n})R(1+i)^{-k} \end{aligned} \quad (5)$$

Por conveniência, fazendo-se  $k-\bar{n} = h$ , podemos também escrever:

$$F = P \sum_{k=1}^{\bar{n}} (1+i)^{-k} + R(1+i)^{-\bar{n}} \sum_{h=1}^{n-\bar{n}} h(1+i)^{-h} \quad (5')$$

Visando tornar o trabalho auto-elucidativo, procederemos ao cálculo das somas indicadas. Para tanto, façamos:

$$S_1 = \sum_{k=1}^m (1+i)^{-k} \quad (6)$$

e

$$S_2 = \sum_{k=1}^m k(1+i)^{-k} \quad (7)$$

Ora, observando-se que  $S_1$  nada mais é do que a soma dos  $m$  primeiros termos de uma progressão geométrica com termo inicial  $a_1 = (1+i)^{-1}$ , razão  $q = a_1$ , e termo final  $a_m$ , tem-se que:

$$S_1 = \frac{a_1 - q a_m}{1 - q} = \frac{(1+i)^{-1} - (1+i)^{-m-1}}{1 - (1+i)^{-1}} = \frac{1 - (1+i)^{-m}}{i} = a_{\overline{m}|i} \quad (6')$$

Por outro lado, para cálculo de  $S_2$ , note-se que a derivada de  $S_1$ , como dada por (6), com respeito à  $i$ , é igual a:

$$\begin{aligned} \frac{dS_1}{di} &= - \sum_{k=1}^m k(1+i)^{-k-1} = - (1+i)^{-1} \sum_{k=1}^m k(1+i)^{-k} \\ &= - (1+i)^{-1} S_2 \end{aligned} \quad (8)$$

Logo, tendo em vista a relação (6'), segue-se que, derivando-a com respeito à  $i$ , podemos escrever:

$$\begin{aligned} S_2 &= -(1+i) \left\{ \frac{i[0 - (-m)(1+i)^{-m-1}] - [1 - (1+i)^{-m}]1}{i^2} \right\} \\ &= \frac{1}{i} \{ (1+i)a_{\overline{m}|i} - m(1+i)^{-m} \} \end{aligned} \quad (9)$$

Por conseguinte, fazendo uso dos resultados obtidos, a relação fundamental de equivalência financeira pode ser reescrita como:

$$F = Pa_{\overline{n}|i} + \frac{R(1+i)^{-\overline{n}}}{i} \{ (1+i)a_{\overline{n-\overline{n}}|i} - (n-\overline{n})(1+i)^{-(n-\overline{n})} \} \quad (5'')$$

## 2.2 - Caso partícula do SIMC

Suponhamos, inicialmente, que seja estabelecido que  $R > 0$  e que todas as prestações sejam amortizantes (no sentido de que excedam sempre os juros sobre o saldo devedor).<sup>1/</sup> Tal acontece se for especificado que  $P = \alpha F/a_{\overline{n}|i}$ , para  $i a_{\overline{n}|i} < \alpha < 1$ ; neste caso, a relação fundamental (5'') reduz-se a: <sup>2/</sup>

$$F = \alpha F + \frac{R(1+i)^{-\overline{n}}}{i} \{ (1+i)a_{\overline{n-\overline{n}}|i} - (n-\overline{n})(1+i)^{-(n-\overline{n})} \} \quad (5''')$$

Decorre, então, que o valor da razão  $R$  será tal que:

$$R = \frac{iF(1-\alpha)(1+i)^{\overline{n}}}{(1+i)a_{\overline{n-\overline{n}}|i} - (n-\overline{n})(1+i)^{-(n-\overline{n})}} \quad (10)$$

<sup>1/</sup> Note-se que se fixarmos  $\overline{n} > 1$  e  $P > F/a_{\overline{n}|i}$ , teremos  $R < 0$ . Por outro lado, se for especificado que  $P \leq iF$ , o saldo devedor só passará a decrescer a partir de um certo ponto posterior à época  $\overline{n}$ .

<sup>2/</sup> Na realidade, a condição  $\alpha > i a_{\overline{n}|i}$ , que implica em que todas as prestações sejam efetivamente amortizantes, não foi considerada pelo BNH. Assim, por exemplo, se  $n = 240$  meses e  $i = 1\%$  a.m., teremos  $i a_{\overline{n}|i} \approx 0,908194 > 0,85$  que é o valor fixado pelo BNH. De qualquer modo, ter-se-á sempre  $\overline{R} > 0$ . Nossa análise, porém, não é por isso afetada.



ou, em função de P

$$R = \frac{iPa \frac{(1/\alpha - 1)(1+i)^{\bar{n}}}{\bar{n}|i}}{(1+i)a \frac{-(n-\bar{n})(1+i)^{-(n-\bar{n})}}{n-\bar{n}|i}} \quad (10')$$

No caso particular em que  $\alpha = 0,85$  e  $\bar{n} = 24$ , que corresponde aos valores fixados pelo BNH para o estabelecimento do SIMC, teremos, na nossa notação  $P \equiv \bar{P}$  e  $R \equiv \bar{R}$ , com o valor de  $\bar{R}$  sendo dado por:

$$\bar{R} = \frac{0,15iF(1+i)^{24}}{(1+i)a \frac{-(n-24)(1+i)^{-(n-24)}}{n-24|i}} \quad (11)$$

ou

$$\bar{R} = \frac{0,176470588i\bar{P}a \frac{(1+i)^{24}}{\bar{n}|i}}{(1+i)a \frac{-(n-24)(1+i)^{-(n-24)}}{n-24|i}} \quad (11')$$

### 2.3 - Cotejo com a fórmula do BNH

À primeira vista, poderia parecer que as fórmulas (1) e (11') produzissem distintos resultados. Tal porém é falso, pois que, como mostraremos a seguir, a expressão (1) é uma maneira alternativa de escrever a (11').

Comparando, inicialmente, os numeradores das expressões (1) e (11'), note-se que, lançando mão de resultados apresenta-

dos em de Faro (1982, pgs. 188-190), <sup>1/</sup> temos que: :

$$\begin{aligned}
 (1+i)^{24} a_{\overline{n}|i} &= \{ (1+i)^{23} a_{\overline{23+(n-23)}|i} \} (1+i) \\
 &= (1+i) \left[ (1+i)^{23} a_{\overline{23}|i} + a_{\overline{n-23}|i} \right] \\
 &= (1+i) \left[ a_{\overline{n-23}|i} + \delta_{\overline{23}|i} \right] \quad (12)
 \end{aligned}$$

Logo, (11') pode ser reescrita como:

$$\begin{aligned}
 \bar{R} &= \frac{0,176470588i\bar{P}(1+i) \left[ a_{\overline{n-23}|i} + \delta_{\overline{23}|i} \right]}{(1+i)a_{\overline{n-24}|i} - (n-24)(1+i)(1+i)^{-(n-23)}} \\
 &= \frac{0,176470588i\bar{P} \left( a_{\overline{n-23}|i} + \delta_{\overline{23}|i} \right)}{a_{\overline{n-24}|i} - (n-24)(1+i)^{-(n-23)}} \quad (11'')
 \end{aligned}$$

Concluimos, pois, que os numeradores coincidem. Passando agora a cotejar os denominadores, note-se que o de (11'') po

<sup>1/</sup> Em particular, considerem-se os resultados

$$a_{\overline{m+h}|i} = a_{\overline{m}|i} + (1+i)^{-m} a_{\overline{h}|i}$$

e

$$a_{\overline{m-h}|i} = a_{\overline{m}|i} - (1+i)^{-m} \delta_{\overline{h}|i}, \text{ se } m > h.$$

de ainda ser escrito como:

$$\begin{aligned}
 & a \frac{1}{n-23-1} i - (n-23-1) (1+i)^{-(n-23)} \\
 & = a \frac{1}{n-23} i - (1+i)^{-23} \frac{1}{1} i - (n-23-1) (1+i)^{-(n-23)} \\
 & = a \frac{1}{n-23} i - (n-23) (1+i)^{-(n-23)} \quad (13)
 \end{aligned}$$

Por outro lado, o denominador de (1) pode ser escrito como:

$$\begin{aligned}
 & a \frac{1}{n-23} i + (n-23) (i a \frac{1}{n-23} i - 1) \\
 & = a \frac{1}{n-23} i + (n-23) [1 - (1+i)^{-23} - 1] \quad (14)
 \end{aligned}$$

Por conseguinte, os denominadores de (1) e de (11') também coincidem, do que se segue que as relações consideradas são formas alternativas de expressar o mesmo resultado.

#### 2.4 - Evolução das cotas de amortização

Buscando contemplar o caso onde  $\alpha < i a \frac{1}{n} i$ , vejamos como evoluem as cotas de amortização, encerradas em cada uma das prestações, para o caso geral.

Denotando-se por  $F_k$  o saldo devedor na época  $k$ , logo após o pagamento da prestação que aí tenha vencimento, a parce

la de juros  $J_k$  associada à  $k$ -ésima prestação é:

$$J_k = \min \{p_k, iF_{k-1}\}, k=1, \dots, n \quad (14)$$

onde  $F_0 \equiv F$ .

Por outro lado, a parcela, ou cota, de amortização,  $A_k$ , associada à essa mesma prestação é:  $\frac{1}{\dots}$

$$A_k = p_k - iF_{k-1} \quad (15)$$

Com estas definições, o saldo devedor, de acordo com o que se denomina de método retrospectivo, evolui de tal forma que:

$$F_k = F_{k-1} - A_k \quad (16)$$

Para a determinação da sucessão de valores de  $A_k$ , basta que se faça uso das relações (15) e (16). Para tanto, é conveniente que, em função da época  $k$ , se distingam dois casos:

$$a) \quad 0 \leq k \leq \bar{n}.$$

Escrevendo a relação (15) respectivamente para as épocas  $k$  e  $k+1$ , e subtraindo a segunda da primeira, decorre que, face à (16), teremos:

$$A_{k+1} = (1+i)A_k \quad (17)$$

Ou seja, tal como no caso da TP, as  $\bar{n}$  primeiras cotas de amortização formam uma progressão geométrica de razão  $(1+i)$

e termo inicial  $A_1 = P - iF$ .

$$b) \quad \bar{n} + 1 \leq k \leq n.$$

Procedendo-se de maneira idêntica ao do caso anterior, decorre agora que:

$$A_{k+1} = (1+i)A_k + R \quad (18)$$

Ora, a relação (18) nada mais é do que uma equação de diferenças finitas, linear, de primeira ordem, e não homogênea, exatamente do tipo estudado em de Faro (1979, pgs. 229-230). Logo, sendo  $K$  uma constante arbitrária, segue-se que a solução geral da equação considerada é:

$$A_k = K(1+i)^k - \frac{R}{i} \quad (19)$$

A solução particular de interesse pode ser facilmente determinada a partir do valor do saldo devedor na época  $\bar{n}$ . Fazendo uso do chamado método de recorrência, cf. de Faro (1982, pgs. 236-237), temos que

$$F_{\bar{n}} = F(1+i)^{\bar{n}} - P \delta_{\bar{n}} \Big|_i \quad (20)$$

Então, fazendo-se  $k=\bar{n}+1$  em (15) e (19), e igualando-se os segundos membros, decorre que:

$$K = (1+i)^{-\bar{n}-1} \{P - iF_{\bar{n}} + R(1+i)\} \quad (21)$$

Alternativamente,  $A_k$  pode ser diretamente determinado

fazendo-se uso de (16). Para tanto, basta fazer uso do cálculo do saldo devedor pelo chamado método prospectivo, segundo o qual ter-se-á:<sup>1/</sup>

$$F_k = \sum_{h=k+1}^m p_h (1+i)^{-(h-k)}$$

ou

$$F_k = \begin{cases} R(1+i)^{-(\bar{n}-k)} \left\{ (1+i) a_{\overline{n-\bar{n}}|i} - (n-\bar{n})(1+i)^{-(n-\bar{n})}/i \right. \\ \quad \left. + Pa_{\overline{n-k}|i} \right\}, & \text{se } 0 \leq k \leq \bar{n} \\ \{P + (k+1-\bar{n}+1/i)R\} a_{\overline{n-k}|i} - \frac{(n-k)R(1+i)^{-(n-k)}}{i}, & \\ \quad \text{se } \bar{n}+1 \leq k \leq n & \end{cases} \quad (22)$$

### 3 - Comparação entre os Quatro Planos do BNH

Abstraindo-se do problema de correção monetária,<sup>2/</sup> passemos agora ao confronto, a preços da data de assinatura do contrato, entre os quatros planos básicos de financiamento do BNH: Tabela Price (TP), Sistema de Amortizações Constantes, Sistema de Amortizações Mista (SAM) e Sistema Misto de Amortização com Prestações Reais Crescentes (SIMC). Para tanto iremos conside

<sup>1/</sup> Obviamente, devemos ter  $F_n = 0$ .

<sup>2/</sup> Embora desatualizada, face às modificações ocorridas na sistemática das cadernetas de poupança, uma comparação entre o SAC e a TP, levando em conta a correção monetária, é apresentada em de raro (1975).

rar o caso de um financiamento  $F$  contraído, segundo cada um dos 4 planos, em idênticas condições quanto ao número de prestações  $n$  e quanto à taxa periódica de juros  $i > 0$ .

Quanto à sequência de prestações, lembrando que o SAM nada mais é do que uma média aritmética entre a TP e o SAC, temos que, para  $k=1, \dots, n$ :

$$p_k^{TP} = F/a_{\overline{n}|i} \quad (23)$$

$$p_k^{SAC} = F\{i+1/n - (k-1)i/n\} \quad (24)$$

$$p_k^{SAM} = (p_k^{TP} + p_k^{SAC})/2 \quad (25)$$

$$p_k^{SIMC} = 0,85p_k^{TP} + \max\{0, k-24\}\bar{R} \quad (26)$$

com  $\bar{R}$  como dado por (11).

### 3.1 - Confronto entre as evoluções do saldo devedor

Para o cotejo entre as prestações, examinaremos, preliminarmente, a evolução do saldo devedor. Quanto ao caso da TP, adotando-se o método prospectivo, tem-se que:

$$\begin{aligned} F_k^{TP} &= (F/a_{\overline{n}|i}) a_{\overline{n-k}|i} \\ &= (F/a_{\overline{n}|i} [1 - (1+i)^{-n-k}])/i, \quad k=0, 1, \dots, n \end{aligned} \quad (27)$$

Logo, tomando-se  $k$  como variável contínua, segue-se que

as duas primeiras derivadas de  $F_k^{TP}$  com respeito a  $k$ , são, fazendo-se  $\delta = \text{LN}(1+i)$ :

$$dF_k^{TP}/dk = - (F/a_{\overline{n}|i}) (\delta/i) (1+i)^{-n+k} < 0 \quad (28)$$

e

$$d^2 F_k^{TP}/dk^2 = - (F/a_{\overline{n}|i}) (\delta^2/i) (1+i)^{-n+k} < 0 \quad (29)$$

O seja, no caso da TP o saldo devedor decresce segundo uma função côncava.

Quanto ao caso do SAC, dado que as cotas de amortização são constantes e iguais a  $F/n$ , segue-se que o saldo devedor decresce segundo uma função linear. Isto é:

$$F_k^{SAC} = F(1-k/n) , k = 0, 1, \dots, n \quad (30)$$

Logo, visto que, em qualquer dos planos,  $F_0 = F$  e  $F_n = 0$ , decorre da definição de função côncava, e da peculiaridade apontada para o SAM, que:

$$F_k^{TP} > F_k^{SAM} > F_k^{SAC} , k = 1, \dots, n-1 \quad (31)$$

Para o caso do SIMC, observe-se, inicialmente, que, fazendo uso do método de recorrência, é imediato, para  $0 \leq k \leq 24$ , tem-se:



$$F_k^{TP} = F(1+i)^k - (F/a_{\overline{n}|i})\delta_{\overline{k}|i} < F_k^{SIMC} = F(1+i)^k - 0,85(F/a_{\overline{n}|i})\delta_{\overline{k}|i} \quad (32)$$

Por outro lado, derivando-se com relação a  $k$ , tem-se:

$$dF_k^{SIMC}/dk = \delta F(1+i)^k (i - 0,85/a_{\overline{n}|i})/i = D_1 \quad (33)$$

e

$$d^2 F_k^{SIMC}/dk^2 = \delta D_1 \quad (34)$$

Ou seja, o sinal das duas primeiras derivadas depende do sinal da diferença  $i - 0,85/a_{\overline{n}|i}$ . Se esta diferença for negativa, o que significa dizer que todas as prestações são amortizantes, o que ocorre se tivermos, para uma dada taxa  $i$ ,  $n < -LN 0,15/\delta$ , o saldo devedor será decrescente e segundo uma função côncava. Por outro lado, se  $n = -LN 0,15/\delta$ , o saldo devedor fica constante; sendo que será crescente e segundo uma função convexa se  $n > -LN 0,15/\delta$ .<sup>1/</sup>

Para  $25 \leq k \leq n$ , lançando mão do resultado apresentado em de Faro (1982, pg. 164), o saldo devedor passa a evoluir de acordo com a seguinte função:

<sup>1</sup> Por exemplo para a taxa de 10% a.a. c.c.m., ou seja  $i = 0,83\%$  a.m., o valor limite para o número de prestações mensais é  $n = 228,6$ . Assim, para prazos maiores do que 19 anos, o saldo devedor crescerá no intervalo considerado.

$$F_k^{SIMC} = F(1+i)^k - 0,85(F/a) \frac{\delta}{n|i} \frac{\delta}{k|i} - \frac{\bar{R}}{i} \{ (1+i) \frac{\delta}{k-24|i} - k+24 \} \quad (35)$$

Derivando-se com relação à  $k$ , teremos agora:

$$dF_k^{SIMC}/dk = D_1 - \frac{\bar{R}}{i} \left\{ \frac{\delta(1+i)^{k-23}}{i} - 1 \right\} = D_2 \quad (36)$$

e

$$d^2 F_k^{SIMC}/dk^2 = \delta(D_2 - \bar{R}/i) \quad (37)$$

Embora o estudo direto dos sinais das duas primeiras derivadas acima seja algo complicado, um pouco de lógica propicia algumas conclusões imediatas. Assim, se  $D_1 < 0$ , como  $\bar{R} > 0$ , segue-se que a partir da época  $k=25$  estar-se-á pagando ainda mais do que nas épocas precedentes. Logo, com maior razão, o saldo devedor continuará a decrescer e, portanto,  $D_2 < 0$ . Mas, então, de (37), conclui-se que a derivada segunda também será negativa. Ou seja, se  $n < -LN 0,15/\delta$ , também para  $k \geq 25$  o saldo devedor decrescerá segundo uma função côncava. Nesse caso, segue-se, que  $F_k^{TP} < F_k^{SIMC}$ ,  $k=1,2,\dots,n-1$ .

Por outro lado, podemos ter casos onde  $D_1 > 0$  e acarretando com que, ao menos no início do intervalo considerado, também se tenha  $D_2 > 0$ .<sup>1/</sup> Como, porém, o saldo devedor se anula na época  $k=n$ , e óbvio que  $F_k^{SIMC}$  passará por um ponto de máximo

---

<sup>1/</sup> Por exemplo, para  $n=240$  meses,  $i=1\%$  a.m. e  $F=10.000.000$ , tem-se que  $\bar{P} = 93.592,32$  e  $\bar{R} = 297,372838$ . É fácil verificar que:  $F_{24}^{SIMC} = 10.172.837,34 < F_{25}^{SIMC} = 10.180.676,02 < F_{26}^{SIMC} = 10.188.295,72 < F_{27}^{SIMC} = 10.195.694,25$ .

(quando  $D_2 = 0$ ), decrescendo a seguir ( $D_2 < 0$ ). Deste modo, devido à continuidade da função  $F_k^{SIMC}$  no intervalo considerado, podemos concluir que, inicialmente, o saldo devedor crescerá, possivelmente segundo uma função convexa, mudando de concavidade a seguir, até um ponto de máximo, daí por diante decrescendo segundo uma função côncava.

Segue-se, então, que, em qualquer caso, teremos:

$$F_k^{SIMC} > F_k^{TP}, \quad k=1,2,\dots,n-1 \quad (38)$$

Com o intuito, tão somente, de ilustrar os dois casos básicos de evolução do saldo devedor para o caso do SIMC, suponhamos o financiamento onde  $F = 1.000.000$  e  $n = 36$ , com  $\bar{n} = 24$ . Sendo a taxa periódica de juros  $i$  fixada em 1%, teremos o saldo devedor sempre decrescente em cada um dos quatro planos considerados, como indicado na Figura I, onde  $F_k$  é medido em centenas de milhar.<sup>1/</sup>

Por outro lado, se a taxa periódica de juros for de 10%, teremos a situação onde a prestação inicial do SIMC, que será  $p_1 = 87841,60$ , é inferior aos juros periódicos devido ao valor financiado. Deste modo, adotando-se o SIMC, temos uma situação onde o saldo devedor é inicialmente crescente,<sup>2/</sup> como esquematicamente apresentado na Figura II.

<sup>1/</sup> Para melhor entendimento da figura, deixamos de apresentar a linha de evolução do saldo devedor segundo o SAM; linha essa que se encontra a meio caminho das respectivas relativas ao SAC e à TP.

<sup>2/</sup> Observe-se que o saldo devedor cresce até a época 27, quando atinge o valor máximo  $F_{27} = 2.214.434$ , que é mais do que 121% do valor financiado. A seguir, dado ao crescimento das prestações ( $p_{36} = 570.788,52$ , mais da metade do valor financiado e quase 550% a mais do que a prestação inicial), o saldo devedor decresce aceleradamente.

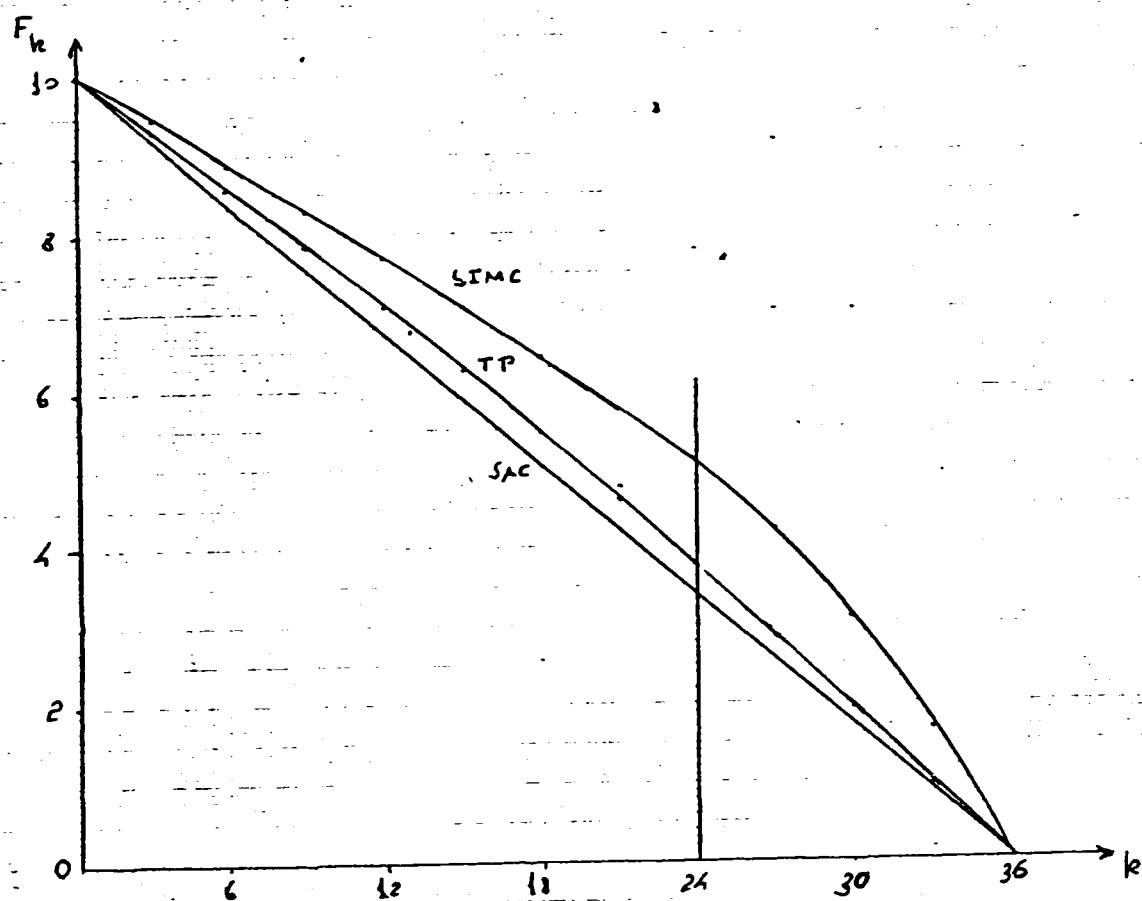


Figura I

Evolução dos Saldos Devedores para o Caso da Taxa de 1%

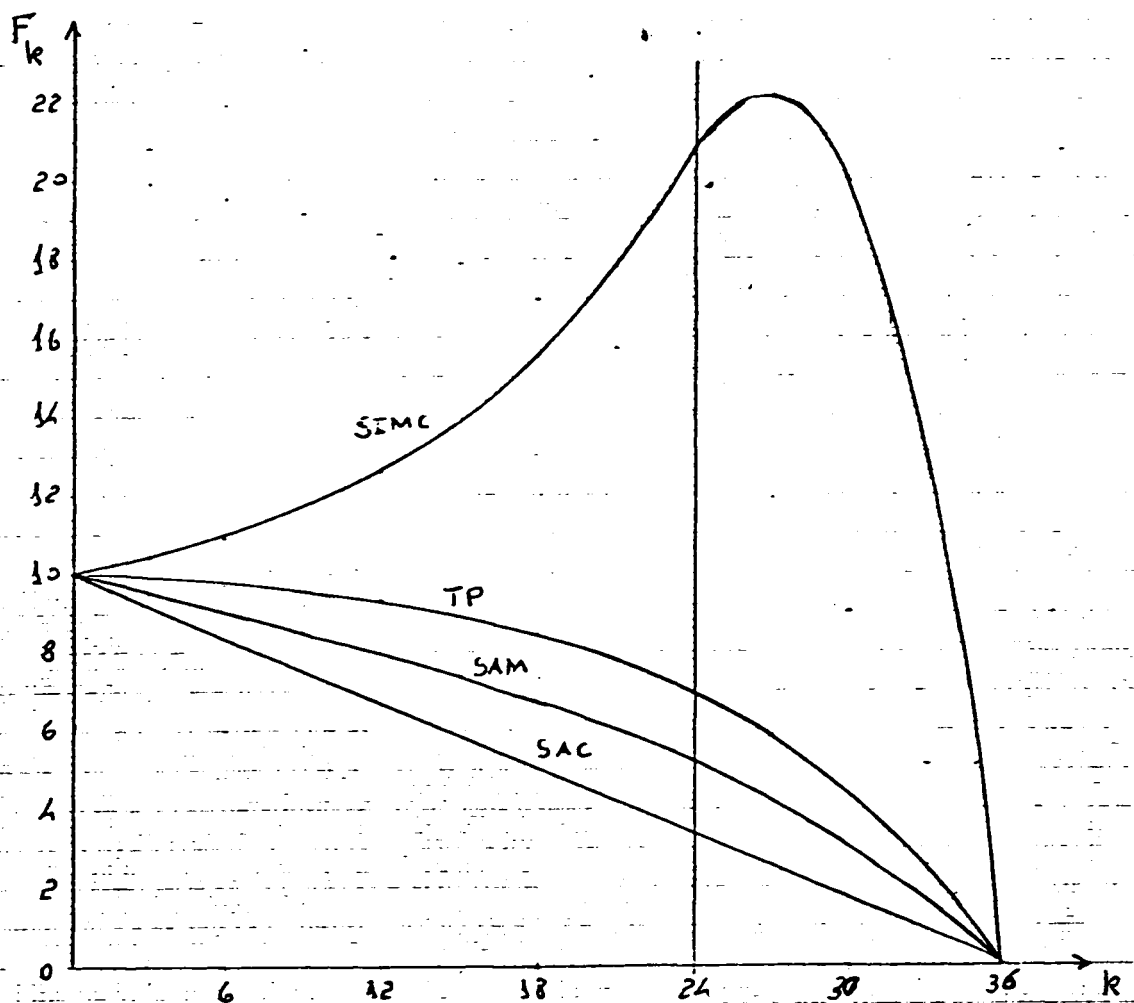


Figura II

Evolução dos Saldos Devedores para o Caso da Taxa de 10%.

### 3.2 - Confronto entre as prestações

Passando a examinar o comportamento da sucessão de prestações associadas a cada um dos 4 planos considerados, note-se, inicialmente, que, de (15), dado que a soma das cotas de amortização é igual ao valor financiado  $F$ , tem-se:

$$\sum_{k=1}^n p_k = F + i \sum_{k=1}^n F_{k-1}$$

Consequentemente, tendo em vista o apresentado no item anterior, conclui-se:

$$\sum_{k=1}^n p_k^{\text{SIMC}} > \sum_{k=1}^n p_k^{\text{TP}} > \sum_{k=1}^n p_k^{\text{SAM}} > \sum_{k=1}^n p_k^{\text{SAC}} \quad (39)$$

Ou seja, contabilmente, o plano de financiamento que obriga ao mutuário efetuar o maior pagamento de juros é o SIMC; se guião da TP, do SAM e, por último, do SAC.

Como visto em de Faro (1974) e de Faro (1982, pa. 255), temos que tanto as prestações segundo o SAC como segundo o SAM são respectivamente maiores, ou iguais, que as de acordo com a TP até a época  $\ell_1$ , que chamamos de reversão, e que é tal que:

$$\ell_1 = \text{parte inteira de } \left\{ (ni + 1 + i - a^{-1}) / i \right\} \quad (40)$$

Isto é, para  $k=1, \dots, \ell_1$ , teremos  $p_k^{\text{SAC}} \geq p_k^{\text{SAM}} \geq p_k^{\text{TP}}$ , com igual-

dade podendo ocorrer somente na época  $\ell_1$ , sendo que  $p_k^{TP} > p_k^{SAM} > p_h^{SAC}$ , para  $k = \ell_1 + 1, \dots, n$ .

Por outro lado, para o caso do SIMC, a época de reversão em relação a TP, que chamaremos de  $\ell_2$ , e que é sempre não inferior a 24, é tal que:

$$\ell_2 = \text{parte inteira de } \left\{ \frac{\beta/a + 24i(1+i)^{24}}{[n]i} \right\} \quad (41)$$

$$i(1+i)^{24}$$

onde  $\beta$  denota o denominador da expressão (11)

Ou seja, para  $k=1,2,\dots, \ell_2$  ter-se-á  $p_k^{TP} \geq p_k^{SIMC}$ , com igualdade podendo ocorrer somente na época  $\ell_2$ , sendo que  $p_k^{SIMC} > p_k^{TP}$ , para  $k = \ell_2 + 1, \dots, n$

Similarmente, comparando-se o SAM com o SIMC e o SAC com o SIMC, podemos determinar, respectivamente, as épocas de reversão  $\ell_3$  e  $\ell_4$ . As expressões são, porém, bem mais complicadas; ainda mais que, em função da taxa periódica  $i$  e do prazo  $n$ , podemos ter tanto tais épocas inferiores ou iguais a 24, como superiores. Deste modo, ao invés de aqui apresentá-las, achamos mais instrutivo evidenciar alguns exemplos numéricos. Para tanto, foi construído o Quadro I, onde, para cada par  $(i,n)$ , são mostrados os correspondentes valores das épocas de reversão  $\ell_1$ ,  $\ell_2$ ,  $\ell_3$  e  $\ell_4$ , e, entre parênteses, suas respectivas proporções percentuais do prazo  $n$ .

## QUADRO I

Comportamento das Épocas de Reversão

i (%)	n	$\ell_1$	$\ell_2$	$\ell_3$	$\ell_4$
1	36	17 (47,22)	25 (69,44)	25 (69,44)	25 (69,44)
10	36	9 (25,00)	24 (66,67)	20 (55,56)	15 (41,67)
1	48	22 (45,83)	29 (60,42)	28 (58,33)	27 (56,25)
10	48	10 (20,83)	24 (50,00)	24 (50,00)	17 (35,42)
1	60	27 (45,00)	33 (55,00)	32 (52,33)	31 (51,67)
10	60	10 (16,67)	25 (41,67)	24 (40,00)	19 (31,67)
1	72	32 (44,44)	37 (51,39)	36 (50,00)	35 (48,61)
10	72	10 (13,89)	25 (34,72)	24 (33,33)	21 (29,17)
1	84	36 (42,86)	41 (48,81)	40 (47,62)	39 (46,43)
10	84	10 (11,90)	25 (29,76)	24 (28,57)	23 (27,38)
1	120	48 (40,00)	52 (43,33)	51 (42,50)	50 (41,67)
10	120	10 (8,33)	25 (20,83)	24 (20,00)	24 (20,00)
1	180	64 (35,56)	68 (37,38)	66 (36,67)	66 (36,67)
0,83	180	68 (37,78)	71 (39,44)	70 (38,89)	70 (38,89)
1	240	76 (31,67)	79 (32,92)	78 (32,50)	78 (32,50)
0,83	240	83 (34,58)	85 (35,42)	84 (35,00)	84 (35,00)

Esquemáticamente, fixando atenção no caso onde  $n=120$ ,  $i = 1\%$  por período e  $F = 1.000.000$ , teremos que as prestações segundo cada um dos quatro planos considerados, evoluirão como indicado na Figura III (onde  $p_k$  é medido em centenas de milhar).



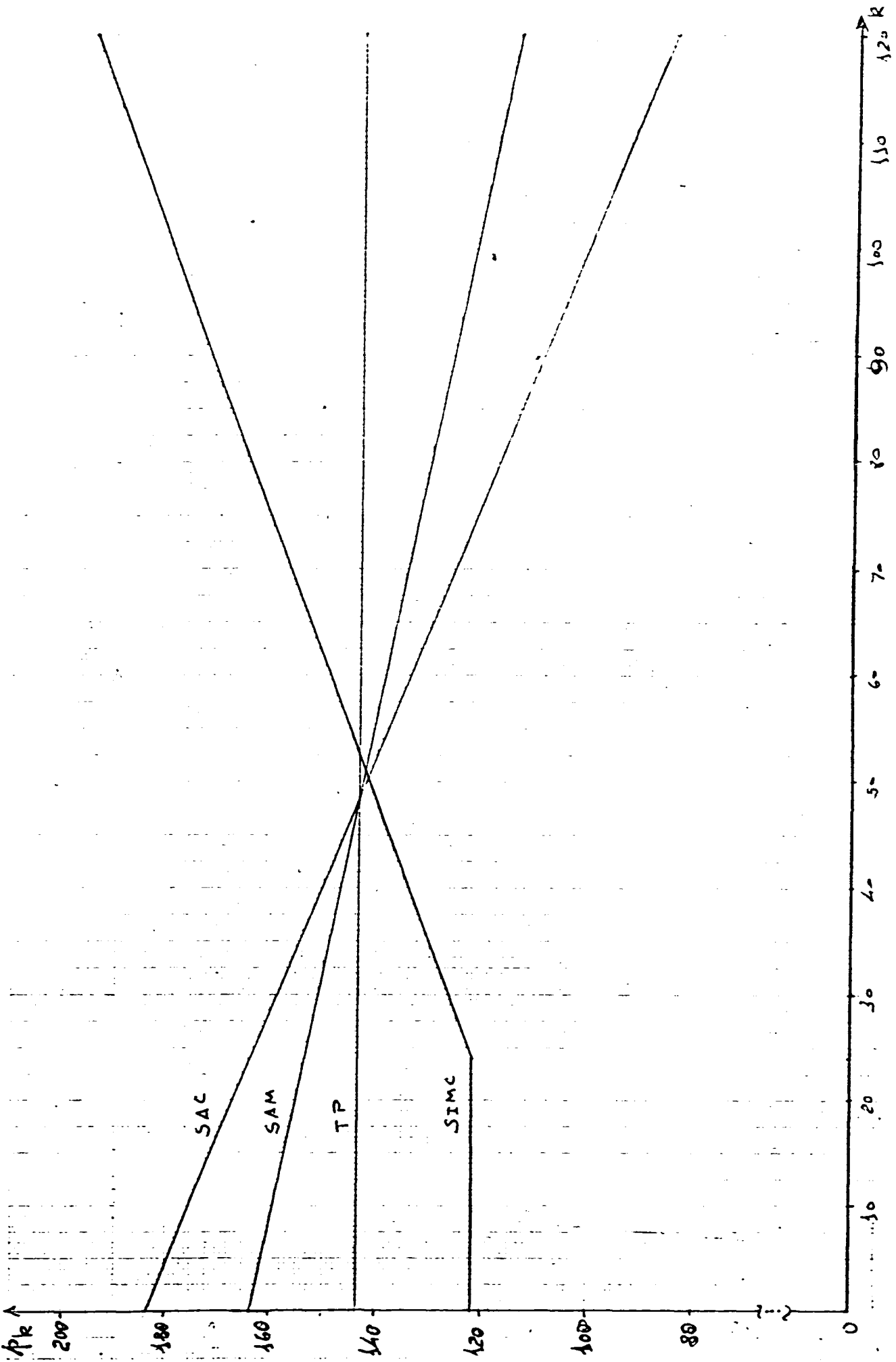


Figura III  
Comportamento das Prestações Segundo os 4 Planos

### 3.3 - Modelo de escolha entre os planos

Dado que, como visto, para cada par dos planos considerados, começa-se a pagar mais inicialmente, segundo um deles, e menos após a respectiva época de reversão, podemos imaginar, como sugerido em de Faro (1975), o seguinte modelo de escolha entre o par de planos em apreço, sob o ponto de vista do tomador do financiamento.

Imaginemos que o mutuário tenha acesso irrestrito a uma certa oportunidade de investimento, cujo exemplo mais trivial é o caso das Cadernetas de Poupança (CP), que paga uma dada taxa periódica que denotaremos por  $\hat{i}$ . Nessas condições, supondo que o mutuário possa fazer face aos pagamentos associados a qualquer um dos planos de financiamento que formam o par considerado, é lícito admitir que, caso optasse pelo plano de menores prestações iniciais, estaria poupando, investindo na oportunidade mencionada, até a época de reversão, a diferença entre as duas seqüências de prestações periódicas. Como, a partir da época de reversão, passaria a pagar mais que no outro plano, podemos supor que cubra a diferença periódica fazendo retiradas da poupança acumulada. Segue-se, então, que, caso haja ainda poupança após o pagamento da última prestação, que o mutuário teria efetuado a opção correta. Caso contrário, ocorrendo a exaustão da poupança antes da época  $n$ , a melhor opção teria sido a do plano com maiores prestações iniciais.<sup>1/</sup>

---

<sup>1</sup> Obviamente, se a poupança acumulada for zerada exatamente na data do pagamento da última prestação, o mutuário ficaria indiferente entre os planos do par em questão.

Fixando atenção, inicialmente, na seleção entre a TP e o SIMC, temos que a poupança acumulada até a época  $k$ , inclusive, que denotaremos por  $S_k$  e que resulta das aplicações das diferenças a favor do mutuário, será:

$$S_k = \sum_{j=1}^k (p_j^{TP} - p_j^{SIMC}) (1+\hat{i})^{k-j}, \quad k=1,2,\dots,\ell_2 \quad (42)$$

Após a época de reversão  $\ell_2$ , face às retiradas necessárias para cobrir as diferenças que passam a ser, agora, contra o mutuário, o valor da poupança acumulada até a época  $k$  passa a ser igual a:

$$\begin{aligned} S_k &= S_{\ell_2} (1+\hat{i})^{k-\ell_2} - \sum_{j=\ell_2+1}^k (p_j^{SIMC} - p_j^{TP}) (1+\hat{i})^{k-j} \\ &= \sum_{j=1}^k (p_j^{TP} - p_j^{SIMC}) (1+\hat{i})^{k-j}, \quad k=\ell_2+1,\dots,n \quad (43) \end{aligned}$$

Deste modo, segue-se que o SIMC será a melhor escolha se  $S_n > 0$ ; ou, o que é equivalente, se:

$$v^{TP}(\hat{i}) = \sum_{j=1}^n p_j^{TP} (1+\hat{i})^{-j} > \sum_{j=1}^n p_j^{SIMC} (1+\hat{i})^{-j} = v^{SIMC}(\hat{i}) \quad (44)$$

Repetindo a análise para cada um dos outros 5 possíveis distintos pares de planos, conclui-se, do exame da relação (44), e de suas homólogas, que o melhor plano, sob a ótica do tomador do financiamento, será aquele para o qual o valor atual,

na época zero (que é a de concessão do financiamento) e à taxa periódica  $\hat{i}$ , da correspondente seqüência de prestações, seja mínimo.

Cabe; então, agora, investigar a influência que a posição da taxa de aplicação  $\hat{i}$ , em relação à de financiamento  $i$ , exerce no processo de escolha. Antes de mais nada, observe-se que se  $\hat{i} = i$ , o mutuário ficará indiferente entre os 4 planos; pois que, face à equação fundamental de equivalência financeira, tem-se a igualdade:

$$V^{TP}(i) = V^{SAC}(i) = V^{SIMC}(i) = V^{SAM}(i) = F \quad (45)$$

Por outro lado, no caso limite de aplicação à taxa nula, ou seja  $\hat{i} = 0$ , segue-se de (39) que:

$$V^{SIMC}(0) > V^{TP}(0) > V^{SAM}(0) > V^{SAC}(0) \quad (46)$$

Portanto, se  $\hat{i} = 0$ , a melhor escolha é o SAC, com o SIMC sendo a pior opção.

A não ser nesses dois casos apontados, nada mais podemos afirmar *à priori*.<sup>1/</sup> Necessitamos, pois, de uma investigação teórica adicional. Para tanto, selecionando-se um par qualquer dentre os 4 planos, denote-se por  $d_k$  a diferença entre suas res

---

<sup>1/</sup> Excetuando-se, é óbvio, o caso onde a taxa de aplicação é infinitamente grande. Nesse caso, o valor atual da seqüência de prestações de cada um dos 4 planos tende a zero, levando o mutuário a ficar indiferente.

pectivas prestações na época  $k$ . A sequência  $\{d_1, \dots, d_\ell, \dots, d_n\}$ , onde  $\ell$  designa a correspondente época de reversão para o par considerado, apresenta uma, e somente uma, troca de sinal. Logo, como é fartamente sabido, veja-se, por exemplo, de Faro (1979, pg. 61), existe uma única taxa periódica de juros, que representaremos por  $i^* > -1$ , tal que:

$$\sum_{k=1}^n d_k \cdot (1+i^*)^{l-k} = 0 \quad (47)$$

Conseqüentemente, face à definição de  $d_k$ , conclui-se que  $i^*$  é a única taxa que iguala o valor atual das respectivas seqüências de prestações do par de planos considerados. Mas, então, tendo em vista a (45), segue-se que esta taxa  $i^*$  nada mais é do que a taxa  $i$  cobrada no financiamento. Ou seja, em outras palavras, os 4 planos considerados são equivalentes, no sentido de que o mutuário fique indiferente entre eles, se a taxa de aplicação  $\hat{i}$  coincidir com a de financiamento.

Por conseguinte, levando-se em conta a (46), podemos afirmar que:

$$\begin{cases} v^{\text{SIMC}}(\hat{i}) > v^{\text{TP}}(\hat{i}) > v^{\text{SAM}}(\hat{i}) > v^{\text{SAC}}(\hat{i}), & \text{se } \hat{i} < i \\ v^{\text{SAC}}(\hat{i}) > v^{\text{SAM}}(\hat{i}) > v^{\text{TP}}(\hat{i}) > v^{\text{SIMC}}(\hat{i}), & \text{se } \hat{i} > i \end{cases} \quad (48)$$

Ou seja, se  $\hat{i} < i$ , a melhor opção para o mutuário será o SAC; com o SIMC sendo a pior escolha. Se, entretanto, o mutuário puder efetuar aplicações à uma taxa superior à cobrada no financiamento, o SIMC possa ser o plano preferível, com o SAC sen-

do o menos interessante.

Tendo em vista que, derivando-se duas vezes com relação a  $\hat{i}$  a expressão de definição que se inseriu na (44), conclui-se que o valor atual da seqüência de prestações, de cada um dos 4 planos, é uma função decrescente e convexa da taxa de aplicação  $\hat{i}$ . Deste modo, podemos visualizar o modelo de seleção adotando, baseado na comparação dos valores atuais das seqüências de prestações, como esquematicamente apresentado na Figura IV.

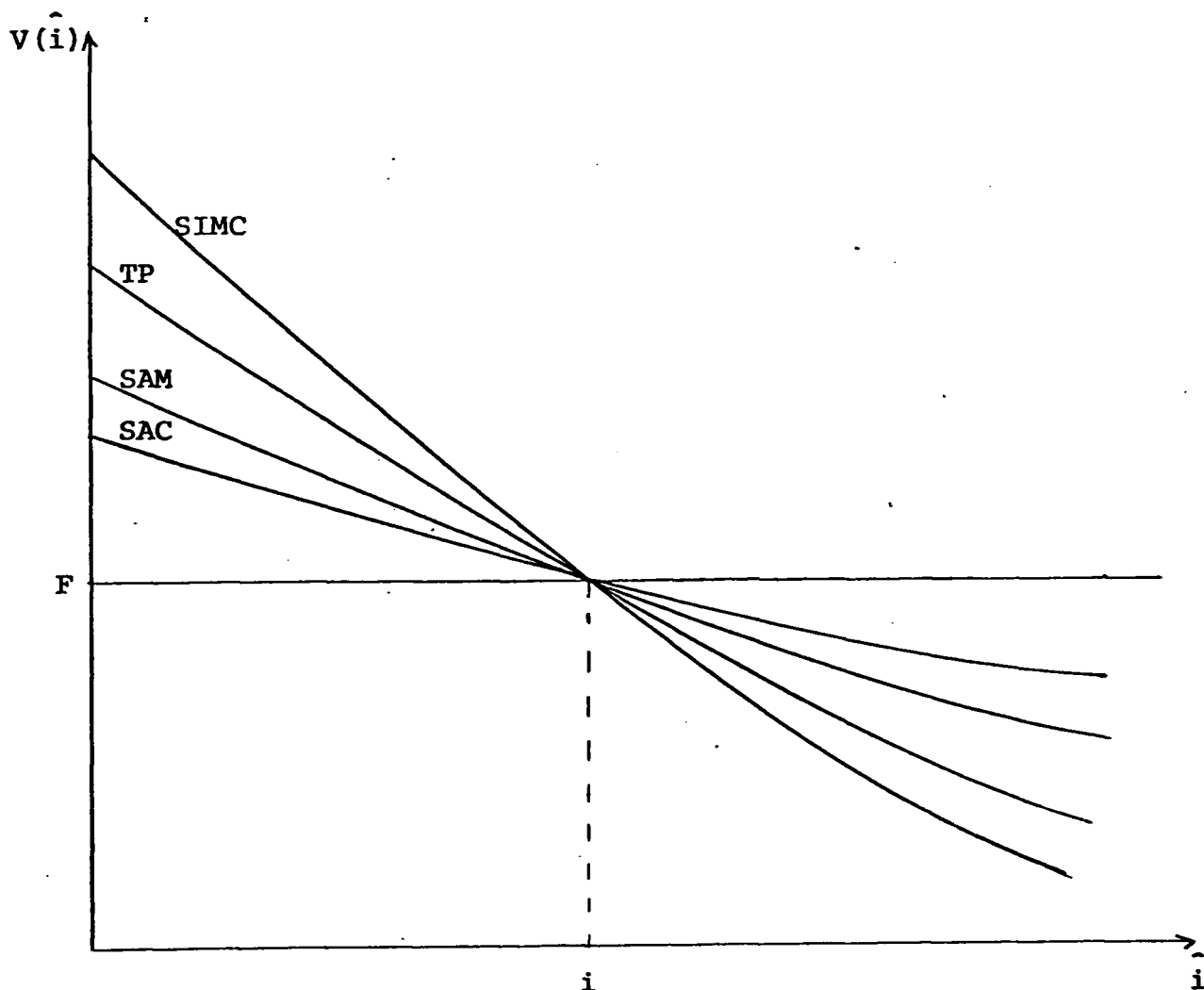


Figura IV

Comportamento dos Valores Atuais das Prestações

#### 4. - Conclusão

Tendo em vista que a oportunidade básica de aplicação para os mutuários é a Caderneta de Poupança, que, correntemente, paga exatamente 0,5% ao mes sobre os depósitos, monetariamente corrigidos de acordo com a variação do valor nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), a análise apresentada é suficiente para que, abstraindo-se de aspectos fiscais do problema, se faça uma seleção entre os 4 planos considerados na hipótese de que o financiamento seja oferecido em iguais condições, no que tange a prazos e taxas, e com cláusula de correção monetária mensal, de saldos devedores e prestações, de acordo com a variação do valor nominal das ORTN. Nesse caso, se a taxa efetiva mensal cobrada no financiamento exceder a 0,5%, o que pode ser considerado como o usual, a melhor opção para o mutuário será o SAC, com o SIMC sendo a pior escolha.

Para o caso das sistemáticas de reajuste das prestações ora vigentes nos financiamentos pactuados sob a égide do BNH, entretanto, o modelo de escolha apresentado não mais é suficiente. Isto porque, no chamado Plano de Correção Monetária (PCM), que é um plano financeiramente consistente, as prestações, bem como o saldo devedor, são monetariamente corrigidas no início de cada trimestre civil e de acordo com a variação do valor nominal do que se denomina de Unidade Padrão do Capital (UPC), e não mensalmente, como exigido no modelo estudado. Por outro lado, no caso do Plano de Equivalência Salarial (PES), que é financeiramente inconsistente, com reajuste anual das prestações e trimestral do

saldo devedor, e, em alguns casos, segundo a variação de distintos índices, temos ainda a distorção causada pela aposição do chamado Coeficiente de Equiparação Salarial (CES). Tomando os depósitos em Cadernetas de Poupança como base de comparação, o modelo de escolha para a hipótese de financiamentos contratados de acordo com tais planos de reajuste, deve ser adaptado na mesma linha do desenvolvido em de Faro.(1975).



REFERÊNCIAS

de Faro, Clovis (1974) - DIVID: Um Programa Flexível para Construção do Quadro de Evolução do Estado de uma Dívida, Ensaio Econômico da EPGE Nº 20, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, R.J.

\_\_\_\_\_ (1975) - Escolha entre os Regimes da Tabela Price e do Sistema de Amortizações Constantes: Ponto de Vista do Mutuário, Ensaio Econômico da EPGE Nº 21, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, R.J.

\_\_\_\_\_ (1970) - Elementos de Engenharia Econômica, 3a Edição, Editora Atlas, S.P.

\_\_\_\_\_ (1982) - Matemática Financeira, 9a. Edição, Editora Atlas, S.P.

000029684

